



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL

CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADE

**CRESCIMENTO ECONÓMICO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO HUMANO
EM ANGOLA**

ULISSES ÁLVARO KINSUMBA

Redenção – CE

2016

ULISSES ÁLVARO KINSUMBA

**CRESCIMENTO ECONÓMICO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO HUMANO
EM ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Bacharelado em
Humanidades da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do
título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Redenção – CE

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)

Biblioteca Setorial Campus Liberdade

Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos– CRB-3 / 1219

- K63c Kinsumba, Ulisses Álvaro.
Crescimento económico *versus* desenvolvimento humano em angola. / Ulisses Álvaro Kinsumba. – Redenção, 2016.
58 f.: il.; 30 cm.
Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.
Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.
Inclui figuras, gráficos, quadros e referências.
1. Angola – Condições econômicas. I. Título.

CDD 967.3

ULISSES ÁLVARO KINSUMBA

CRESCIMENTO ECONÓMICO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO HUMANO EM
ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Bacharelado em
Humanidades da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do
título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Redenção – CE, 02 de dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: Professor Doutor Carlos Subuhana
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor Doutor(a) Andrea Cristina Muraro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor Doutor(a) Ricardino Jacinto Dumas Teixeira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUPLENTE

Professor Doutor(a) Luis Tomas Domingos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Professor Doutor(a) Mário Henrique Castro Benevides
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Mapa de Angola



“Na sociedade podemos ter uma democracia cooperativa desde que possamos deixar os nossos desejos pessoais de lado, ao ponto de chegarmos a um consenso comum de forma a entender e resolver os problemas sociais no coletivo.” (Ulisses Álvaro Kinsumba)

Dedico este trabalho ao meu pai Kinsumba Pedro António, a Saulinda Kilombo Pedro António, a Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira –

UNILAB.

Agradecimento

Primeiramente agradeço a minha tia Helena. É graças ela que estou aqui, aos meus pais Kinsumba Pedro António e Saulinda Kilombo Pedro António que fizeram o possível e do impossível por mim. Agradeço aos meus primos Wete Kuanzambi João e Fernando Lucas Dialamicua por estarem sempre perto de mim, dando sempre incentivo aos meus estudos independente das dificuldades.

É com uma imensa satisfação e gratidão que expresso os meus agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Subuhana, por não deixar esvair a sua paciência, por ter suportado as minhas dificuldades em todos os momentos da fase de construção deste trabalho. Agradeço aos professores (as) Ricardino Dumas Teixeira, Andréa Cristina Muraro Fabio Baqueiro Figueiredo, Larissa Oliveira e Gabarra, Luís Tomás Domingos, pelas devidas ideias e explicações, bem como também aos meus colegas e amigos Marco Almeida, Carlos Milagre, Jorge Cambinda, Ferreira Timotio, João Pascoal, Gilson Manuel, Gilson Armindo, Loias Sara, Suzana Aldina Sengo, Gislailson Cá.

Resumo

KINSUMBA, Ulisses Álvaro. **Crescimento Económico Versus o Desenvolvimento Humano Em Angola**. Redenção/CE, 2016. TCC (Bacharelado em Humanidades) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2016.

O presente trabalho tem como objetivo identificar e compreender os fatores que estão na base da disparidade entre o elevado crescimento económico e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que se observa em Angola, tendo como base de sustentabilidade teórica e/ou metodológica análise de documentos de instituições públicas do país, bem como de trabalhos de instituições privadas e organizações não governamentais, que deram o maior embasamento **científico** na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Os dados coletados para a elaboração deste TCC se referem a: a) análise de como se deu o crescimento económico; b) como é feito o investimento das riquezas do país pelo intermédio do Orçamento Geral Estado; c) e, como são aplicadas as políticas públicas dos programas de assistência social que visam garantir a melhoria das condições de vida população. Conclui-se, a partir da pesquisa, que as possíveis soluções contatadas para o baixo IDH dependerá da: i) eficiência das instituições administrativas e governamentais em implementar algumas soluções como, por exemplo, uma melhor distribuição das verbas destinadas às províncias por parte da governo central, e descentralização do uso das mesmas, de forma a promover autonomia financeira aos governos provinciais; ii) incrementação de mais programas sociais de transferência de renda que visam aumentar a sustentabilidade e poder de compra de forma a reduzir o nível de pobreza das classes mais vulneráveis; iii) criação de diretrizes rígidas que salvaguardam a transparência e a fiscalização dos investimentos públicos feitos pelo governo, notadamente na área da educação e saúde; iv) e, por fim, da elaboração de um OGE com estrutura forte, que visualiza o povo que se encontra em situação de vulnerabilidade social como elemento prioritário em sua execução.

Palavras chave: Angola, Crescimento Económico, IDH.

Abstract

KINSUMBA, Ulisses Álvaro. **Crescimento Económico Versus o Desenvolvimento Humano Em Angola**. Redenção/CE, 2016. TCC (Bacharelado em Humanidades) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2016.

The objective of this study is to identify and understand the factors that underlie the disparity between high economic growth and the low Human Development Index (HDI) observed in Angola, based on theoretical and / or methodological sustainability. Documents from public institutions of the country, as well as from the work of private institutions and non-governmental organizations, which gave the greatest scientific foundation in the elaboration of this Course Completion Work (CBT). The data collected for the elaboration of this CBT refer to: A) analysis of how economic growth occurred; B) how is the investment of the country's wealth through the intermediary of the General State Budget; C) and, how are the public policies of social assistance programs aimed at ensuring the improvement of living conditions population. It is concluded from the research that the possible solutions found for the low HDI will depend on: i) the efficiency of administrative and governmental institutions in implementing solutions such as a better distribution of funds allocated to the provinces by the central government , And decentralization of their use, in order to promote financial autonomy for the provincial governments; Ii) increase more social income transfer programs aimed at increasing sustainability and purchasing power in order to reduce the poverty level of the most vulnerable; Iii) creation of strict guidelines that safeguard the transparency and supervision of public investments made by the government, especially in the area of education and health; Iv) and, finally, the elaboration of a State Budget with a strong structure, which visualizes the people who are in social vulnerability situation as a priority element in their execution.

Key-words: Angola, Economic Growth, HDI.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- PNB – Produto Nacional Bruto.
- PIB – Produto Interno Bruto.
- RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano.
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.
- UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola.
- FLEC – Frente para Libertação do Enclave de Cabinda.
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola.
- PLD – Partido Liberal Democrático.
- PRS – Partido de Renovação Social.
- PRD – Partido Renovador Democrático.
- PSD – Partido Social Democrático.
- PDP/ANA – Partido Democrático para Progresso/Aliança Nacional de Angola.
- PNDA – Partido Nacional Democrático Angolano.
- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- OGE – Orçamento Geral do Estado.
- LDO – Lei de Diretrizes Orçamentarias.
- AGE – Auditoria Geral do Estado.
- TCE – Tribunal de Contas do Estado.
- LOA – Lei Orçamentaria Anual.
- VIH – Vírus de Imunodeficiência Humana.
- Kz – Kuanza.
- ADRA – Ação para Desenvolvimento Rural e Ambiente.
- CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral.
- PAS – Programa de Apoio Social.
- PNAS – Política Nacional de Assistência Social.
- MINARS – Ministério da Assistência e Reinserção Social.
- MAPESS - Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

LISTA DE GRÁFICO E QUADROS

Quadro: 1 – Financiamento aos partidos com assento no parlamento (2004 e 2006).....	22
Quadro: 2- Distribuição das verbas pelas províncias (2004 e 2006).....	23
Quadro: 3 - Taxa de crescimento do PIB Real (%)	25
Gráfico I: Taxa de crescimento do PIB Real e seus Componentes.	25
Quadro: 4 - Desempenho do Sector Petrolífero.....	26
Quadro: 5 - Taxas de Crescimento do PIB (%).	27
Quadro. 6 - Estrutura Geral das Despesas do OGE 2011 de Angola.	32
Quadro: 7 - Estrutura das despesas funcionais do OGE 2011.....	35
Quadro: 8 - Estrutura das despesas funcionais do OGE 2012.....	37
Quadro: 9 - Estrutura das despesas funcionais do OGE 2013.....	38
Quadro: 11 - Percentagem do OGE atribuídos ao sector da proteção social.....	48
Quadro: 12 - Estimativa da alocação para proteção social contributiva e não-contributiva (ou ‘de base’) como percentagem da função da Proteção Social ...	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 – CAPÍTULO: DADOS GERAIS SOBRE ANGOLA.	19
1.1 - Geografia historia e o contexto político e económico de angola.....	19
1.2 – Historia.	20
1.3 – Densidade populacional Ética.	21
1.4 – Distribuição de verbas dos partidos nacionais.	21
1.5 - Distribuição das verbas pelas províncias.	23
1.6 – Economia.....	24
2 – CAPÍTULO: ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO ANGOLANO: SUA APLICABILIDADE E FISCALIZAÇÃO NO SECTOR SOCIAL.	30
2.1 - Elaboração do orçamento geral do estado.	30
2.2 - Aplicabilidade do OGE 2011.....	32
2.3 - Aplicabilidade do OGE 2012.....	35
2.4 - Aplicabilidade do OGE 2013.....	37
2.5 - Aplicabilidade do OGE 2014.....	39
2.6 - Controle.....	44
3 – CAPÍTULO: PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA EM ANGOLA.	46
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende trazer uma reflexão sobre a temática do crescimento económico e o fraco Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que se registra em Angola, um país que apresenta um forte crescimento económico e que tem uma variedade de recursos naturais, como grande reserva de minerais e petróleo desde 1990, recursos esses que fazem com que o PIB angolano cresça significativamente e que esteja entre os melhores da África, e ascende no cenário mundial. Acreditamos que é de extrema importância mostrar como o crescimento económico vem impactando a sociedade angolana, pois vem trazendo mudanças na estrutura da sociedade. Vale frisar que este crescimento económico não favorece à maioria da população. Esta díspar diz respeito a uma série de fatores que estão ligadas a falta de transparência nas contas públicas e nas atividades referentes a elas.

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é identificar e compreender os fatores que estão na base da disparidade entre o elevado crescimento económico e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que se observa em Angola. Por outro lado, nos interessa compreender como tem sido elaborado o Orçamento Geral do Estado: sua aplicabilidade e fiscalização, bem como entender as dificuldades dos programas de assistência social, em especiais os referente à transferência de Renda.

Discussão Teórica

As principais questões teóricas deste trabalho giram em torno do crescimento económico, do índice de desenvolvimento humano e do fraco índice desenvolvimento humano.

Sendo assim o crescimento económico de um país é caracterizado pelo aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, ou seja, é definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. Diferentemente do Produto Interno Bruto (PIB), relativo à produção no âmbito do território nacional, o PNB refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços que resultam da mobilização dos recursos nacionais, incluindo-se aí os rendimentos obtidos de

investimentos no exterior. Também colaboram para o crescimento económico, as inovações tecnológicas, expansão da força de trabalho e o aumento da receita nacional poupada e investida.

Solow¹ (1956) ``crescimento económico de um país`` ou crescimento do produto nacional é tido como função da qualidade de trabalho e de capital disponível de uma determinada região, tendo assim os recursos naturais como pontos fixos, que na qual é incorporado a taxa de progresso tecnológico cuja exata mensuração só é possível depois da realização de uma contagem ou consulta matemática.

Já nos estudos realizados pelo BANCO MUNDIAL (2008) mostram que o crescimento económico é uma variedade de investimento e poupanças. É consenso que o crescimento económico da acumulação de capital, ou seja, acumulação de recursos como bens, trabalho, máquinas, e conhecimento, que possibilitam a produção. A aceleração de uma formação bruta de capital fixo, que seria um dos elementos mais importantes para uma elevação da economia a fim de obter taxas mais elevadas de crescimento. A estimulação do crescimento económico em países que ainda estão em fase de desenvolvimento têm como os fatores principais a acumulação, inovação, alocação estabilização e inclusão, que cuja suas importâncias tendem a garantir os investimentos cruciais e fundamentas para as infraestruturas do país que poderão desenvolver novos produtos a fim de ter uma possível exportação e melhorar a sua inserção na economia mundial.

Segundo Bresser ²(2008) o crescimento económico do país ou estado é caracterizado pelo acúmulo de capital de forma a obter melhor progresso técnico ao trabalho e ao capital para uma elevação de produtividade. Produtividade esta que si refletirá aos salários e aos padrões médios de vida das populações. No entanto ele diz que é necessário saber que o crescimento económico e o desenvolvimento económico são conceitos diferentes apesar das similaridades que muitos atribuem, uma vez que

¹ Robert Merton Solow: Nasceu em Nova Iorque aos 23 de agosto de 1924, é um economista estadunidense de pensamento neoclássico. É a principal figura da área de Economia do desenvolvimento. O seu principal contributo ficará eternamente gravado através do famoso Modelo de Solow-Swan, um modelo económico que procura responder, entre outras, a esta simples pergunta: "por quê uns países são mais ricos que outros". Disponível em: «<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/s/solow.htm>» acesso em 16 de Abril de 2016.

² BRESSER Pereira Luís Carlos: é um economista, cientista político, administrador de empresas e formado em direito. Foi ministro da Fazenda do Brasil, de 29 de abril de 1987 a 21 de dezembro do mesmo ano, durante o governo José Sarney. Foi ministro chefe da Secretaria da Administração Federal (SAF). Disponível em: «http://www.fgv.br/eaesp/curriculo/dol_mini_curriculum.asp?num_func=218&cd_idioma=1» acesso em 22 de Agosto de 2016.

crescimento económico refere-se ao aumento de renda per-capta não quer dizer que o desenvolvimento económico siga o mesmo ritmo, isto é dado aos diferentes contextos sociais em que o aumento de salário e dos padrões bem como também o consumo mostram-se de forma diferente em certas sociedades.

O índice de desenvolvimento humano de um país é caracterizado ou é medida de forma comparativa das suas riquezas, bem como também na qualidade de alfabetização, educação, etc. A esperança de vida bem como natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. Normalmente esta medida comparativa é usada para distinguir se o país é desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido. Este método também serve para medir igualmente o impacto de políticas económicas na qualidade de vida.

O RDH – relatório de desenvolvimento humano (2010) mostra que não existe somente uma forma de desenvolvimento sustentável, no relatório é notável a inserção de novas metodologias de cálculos do IDH que abrem caminho para três novos indicadores: O IDH ajustado pela desigualdade, o Índice de Desigualdade de Género e o Índice de Pobreza Multidimensional. Numa nação o índice de desenvolvimento humano diz respeito em especial aos membros da própria nação, Para o desenvolvimento humano, o poder de escolha e a liberdade significam mais do que uma mera ausência de restrições. Para as pessoas que vivem na linha da pobreza, e que normalmente estão sujeitas a doença e a não alfabetização, não são, nenhuma exceção do sentido da palavra, livres de levarem uma vida digna sem que os seus direitos civis e políticos que necessitam para influenciar decisões que afetam as suas vidas ou da nação.

O PNUD – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (2010) realça que o IDH não faz análise de todos os aspetos do desenvolvimento humano, o IDH não é uma representação da satisfação das pessoas, ou seja, ela não representa a felicidade da População e nem indica o melhor lugar do mundo para si viver, e que a democracia, participação, equidade são entre outros aspetos do desenvolvimento humano que não contemplados no IDH do país. Apesar de o relatório ter completado 20 anos nesta época, as atualizações que o mesmo veio sofrendo no decorrer destes anos foram bastante significativas, uma vez que, ganhou novas formas de metodológicas de análise que na qual se destacam três pilares principais: ``saúde, educação, e a renda``, que por sua vez são necessários para uma obtenção exemplar de um IDH de um país. Caso não

houver esses três pilares, estaremos diante de um IDH fraco. O fraco IDH é bastante evidente em países que ainda não possuem uma estrutura política forte o suficiente para albergar estes três pilares. No caso de Angola a inserção destes pilares na sociedade ainda deixa muito a desejar.

Oliveira ³(2012) Angola deve ser analisada tendo em conta as transformações económicas, sociais e culturais a que a sociedade foi sujeita nos últimos anos. A retratação da estrutura de Angola especificamente da capital Luanda, que apresenta uma sociedade urbana que vive em espaços fragmentado e bastante contraditório, com índices elevados de pobreza e desemprego e que a população vive em condições precárias. E que apesar da guerra civil que assolou o país em quase três décadas, a adoção de políticas macroeconómicas inadequadas, implementação de programas de ajustamento estrutural e a má governação e dividas externa, foram uns dos fatores que conduziram o país a uma deterioração das condições de vida da população em geral e é claro aumentando assim o nível de pobreza extrema. O IDH de Angola que tem apresentado um baixo nível de desenvolvimento humano ao longo da ultima década. Poucas pessoas são denominadas por alfabetizadas e muitas ainda em especial as dos museques e interior não têm acesso a educação e a outros benefícios, bem como o acesso a agua potável, a saúde e o saneamento básico devido deficiência das infraestruturas. O défice na saúde pública tornasse um fato bem evidente porque não há quadros suficientes no país para atender as demandas nesta ária, outro fator que também contribuem no défice da saúde é a falta de remédios, fazendo com que o cidadão angolano tenha menos confiança nesses serviços. E dando assim um contributo negativo no IDH de Angola.

Metodologia

A metodologia que foi usada durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho foi fundamentada, basicamente, na pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Através da internet, baixamos livros, teses, dissertações, artigos, de dentro e fora do Brasil, que forem indispensáveis para a TCC.

³ OLIVEIRA SÍLVIA: Jornalista, desde 1992. Pelo Diário Económico, Semanário, Jornal de Negócios, Público. Atualmente esta na direção de fundadores do jornal I como chefe de redação do jornal eletrónico. Ver: <<https://silviadeoliveira.wordpress.com/>>.

Projetámos quatro etapas de trabalho, sendo que a primeira foi a identificação e seleção de material bibliográfico; a segunda, leitura, resumos e fichamentos de materiais, com especial atenção ao material em formatos digitais, com identificação das respetivas obras, dos autores e de suas ideias centrais; a terceira, elaboração de uma lista de palavras-chave, referentes a assuntos relevantes para a pesquisa, que facilitassem a localização dos temas no material fichado no momento da elaboração do TCC; e a quarta, análise do conteúdo do material levantado para elaboração das conclusões da pesquisa.

Este trabalho compõe-se de três partes: uma introdução, três capítulos e uma conclusão.

A introdução inclui aspetos metodológicos que direcionaram a pesquisa, os elementos que justificam nosso estudo e a contextualização teórica.

O primeiro capítulo “Dados Gerais Sobre Angola”, é uma breve consideração da geografia, história e o contexto político do país bem como também uma introdutória de como se deu o crescimento económico.

O segundo capítulo “Elaboração do Orçamento Geral do Estado Angolano” facilitara a compreensão de como é dado a elaboração do OGE de Angola bem como também o processo de aplicabilidade e fiscalização dos seus investimentos.

No terceiro capítulo, “Programas de Transferência de Renda em Angola” a temática recebeu uma atenção especial porque ela fará uma abordagem sobre os benefícios e dificuldades dos programas de assistência social em Angola.

Na parte final do TCC será feita as reflexões conclusivas que incidem num conjunto de considerações, sínteses, resultados, preocupações e limitações aferidas ao longo da investigação realizada e à luz do quadro conceitual apresentado e discutido.

Seguem-se as referências bibliográficas, que podem ser úteis aos leitores interessados em aprofundar esta temática ou desejosos de conhecer pormenores do estudo de determinado autor.

1 – CAPÍTULO: DADOS GERAIS SOBRE ANGOLA.

1.1 - Geografia historia e o contexto político e económico de angola.

Angola é um país da costa ocidental da África, cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. O país possui dezoito províncias, sendo elas: Cabinda, Zaire, Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Malanje, Lunda-Norte, Lunda-sul, Benguela, Bie, Huambo, Moxico, Huíla, Cunene e Kuando Kubango.



Mapa de Africa

Fonte: suburbanodigital.blogspot.provincias-e-capitais-de-angola. Imag.1



Mapa de Angola.

Fonte: suburbanodigital.blogspot.provincias-e-capitais-de-angola. Imag.2

1.2 – História

Segundo M'Bokolo⁴ (2003) os habitantes originais de Angola foram caçadores-coletores Khoisan, que viviam distantes um do outro e em pequenos grupos. Com o passar do tempo à expansão dos povos Bantu, chegando do Norte a partir do segundo milénio, forçou os Khoisan (quando não eram absorvidos) a recuar para o Sul onde grupos residentes existem até os tempos atuais.

Os Bantu eram agricultores e caçadores. Expandiram-se na África Centro-Ocidente em grupos menos, que se reloca-lizaram de acordo com as circunstâncias político-económicas e ecológicas. Entre os séculos XIV e XVII, uma série de reinos foi estabelecida, sendo o principal o Reino do Congo que abrangeu o Noroeste de Angola atualmente e faixa adjacente da atual República Democrática do Congo, da República do Congo e do Gabão; a sua capital situava-se em M'Banza Kongo e o seu apogeu se deu durante os séculos XIII e XIV. Outro reino importante foi o Reino do Ndongo, constituído naquela altura a Sul/Sudeste do Reino do Congo. No Nordeste da Angola atual, mas com o seu centro no Sul da atual República Democrática do Congo, constituiu-se, sem contato com os reinos atrás referidos, o Reino da Lunda (M'BOKOLO 2003).

Já Pélissier⁵ (1977) diz que os portugueses estiveram presentes em alguns pontos no que é atualmente o território de Angola desde o século XV, interagindo de diversas maneiras com os povos nativos, principalmente com aqueles que moravam no litoral. A presença portuguesa na região iniciou-se no século XV, mas a delimitação do território apenas aconteceu no início do século XX. O primeiro europeu a chegar a Angola foi o explorador português Diogo Cão. Mais influentes missionários que promoveram a cristianização e introduziram elementos da cultura europeia no social do nativo fazendo com que ele se assimilasse a sua cultura fazendo com que o processo de colonização dura-se ainda mais, uma vez que o nativo assimilado dificilmente resistiria.

O país alcançou a independência do domínio português em 1975 depois de uma longa guerra de libertação. Mas após a independência o país mergulhou em mais uma

⁴ M'BOKOLO Elikia é historiador africano e o seu principal tema de investigação é a História moderna e contemporânea de África. O enfoque é colocado na evolução e nas transformações políticas, em relação estreita com os processos intelectuais, culturais e sociais. Ver: «<https://cultura.revues.org/903>».

⁵ PÉLISSIER RENÉ: ver História de Angola: «<https://www.wook.pt/autor/rene-pelissier/22350>».

guerra civil 1975 a 2002, tendo como protagonistas dos conflitos os partidos que lutaram pela independência do país, o Movimento Popular de Libertação de Angola ``MPLA`` e a União Nacional para a Independência Total de Angola ``UNITA``.

Apesar do conflito interno, áreas como a Baixa de Cassanje mantiveram ativos seus sistemas monárquicos regionais. No ano de 2000 foi assinado um acordo de paz com a Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda ``FLEC``, uma frente de guerrilha que luta pela secessão de Cabinda e que ainda se encontra ativa. É da região de Cabinda que sai aproximadamente 65% do petróleo de Angola.

1.3 – Densidade populacional étnica

Angola tem como língua oficial o português, e uma variedade de línguas nacionais tais como: Kikongo, Kimbundo, Nganguela, Fiole, Umbundo, Ovimbundo, Kuanhama, entre outros. Vale lembrar que cada língua nacional representa um determinado grupo étnolinguístico. O Censo realizado em 2014 constatou que Angola possui 25.789.024 habitantes, sendo 52% do sexo feminino segundo dados levantados pela agência de notícias oficial do estado angolano (ANGOP).

Pela divisão étnica, a população angolana é composta 37% de povo Ovimbundu (Língua Umbundu), 25% de ambundu (língua kimbundu), 13% de bakongo e 32% de outros grupos étnicos (como os cõkwes, os ovambos, os vambunda e os xindongas), bem como cerca de 2% mestiços (mistura de europeus e africanos). As etnias dos ambundu e ovimbundu combinadas, formam a maioria da população 62%, e os 2,4% corresponde a população estrangeira (chineses e Europeus), isto é segundo (THE WORD FACTBOOK, 2013 ⁶).

1.4 – Distribuição de verbas dos partidos nacionais.

Segundo Nguluvé⁷ (2006) a implementação de um sistema democrático pluripartidária em 1992, em um país que ainda si encontrava no calor da conquista da

⁶ O The World Factbook é uma publicação anual da Central Intelligence Agency dos Estados Unidos com informações de base, em estilo almanaque, sobre os países do mundo.

⁷ PÉLISSIER RENÉ: ver História de Angola: «<https://www.wook.pt/autor/rene-pelissier/22350>».

sua independência e sobre tensão de conflitos internos, a realizações das primeiras eleições democráticas (29 e 30 de setembro), representaria uma república firme e prospera. A constituição em vigor estabelece o sistema semipresidencialista, e o estado é representado pela Presidência da República, Assembleia Nacional, Governo Nacional com um mandato de 5 anos e os tribunais. Os principais partidos políticos existentes em Angola, reconhecidos desde a implementação do sistema de democracia pluripartidária em 1992, que possuem assento no parlamento nacional são: MPLA (Movimento popular de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), PLD (Partido Liberal Democrático), PRS (Partido de Renovação Social), PRD (Partido renovador Democrático), AD-Coligação, PSD (Partido Social Democrático), PAJOCA (Partido da Aliança da Juventude, Operários e Camponeses de Angola), PDP/ANA (Partido Democrático para o Progresso/Aliança Nacional de Angola), PNDA (Partido Nacional Democrático Angolano). Garantia esta, que é preservada na constituição de Angola no seu art.17.º§ 1º Os partidos políticos, no quadro da presente Constituição e da lei, concorrem, em torno de um projeto de sociedade e de programa político, para a organização e para a expressão da vontade dos cidadãos, participando na vida política e na expressão do sufrágio universal, por meios democráticos e pacíficos, com respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade nacional e da democracia política.

Quadro: 1 – Financiamento aos partidos com assento no parlamento (2004 e 2006)

Designação/Partido	2004	2006
MPLA	54,63	54,63
UNITA	34,66	34,66
FNLA	2,44	2,44
PLD	2,42	2,42
PRS	2,31	2,31
PRD	0,91	0,91
AD-Coligação	0,89	0,89
PSD	0,85	0,85
PAJOCA	0,36	0,36
PDP/ANA	0,27	0,27
PNDA	0,26	0,26
Total (%)	100	100

Fonte: APUT - Diário da República de Angola de 30 de Dezembro de 2003, P.2498 e de 30 de Dezembro de 2005, P.3319.

1.5 - Distribuição das verbas pelas províncias.

Para Nguluve (2006) a administração das províncias e dos seus recursos é feita, em grande medida, pelo governo central, ou seja, os governos províncias não são autónomos, e dependem diretamente do governo nacional, responsável pela concentração do poder administrativo. Para uma melhor compreensão do ponto de vista do autor a seguinte tabela irá mostra melhor como si dá esta concentração.

Quadro: 2- Distribuição das verbas pelas províncias (2004 e 2006).

Províncias	2004	2006
Bengo	0,55	0,16
Benguela	1,86	0,81
Bié	0,84	0,42
Cabinda	1,94	0,65
Estrutura Central	77,9	91,74
Exterior	1,49	0,53
Huambo	0,48	0,53
Huíla	1,49	0,62
Cuando Cubango	0,35	0,21
Cunene	0,59	0,2
Cuanza-Norte	0,53	0,25
Cuanza-Sul	0,74	0,34
Luanda	5,87	1,69
Lunda-Norte	0,87	0,22
Lunda-sul	0,64	0,22
Malanje	0,61	0,24
Moxico	0,63	0,29
Namibe	0,56	0,18
Uíge	1,26	0,29
Zaire	0,8	0,31
Total (%)	100	100

Fonte: APUT - Diário da Republica de Angola de 30 de Dezembro de 2003, P.2167 e de 30 de Dezembro de 2005,P.3234.

As verbas aprovadas no Orçamento Geral do Estado mais de 75% ficam sob o poder da estrutura central, enquanto isso, os governos provinciais ficam com menos de 2%, com exceção da capital Luanda, que em 2004 recebeu 5,87%. No entanto a percentagem das verbas destinadas às províncias não é fixa, ou seja, elas variam a cada ano, em sectores como a educação, saúde e demais setores.

1.6 – Economia

Angola tem uma variedade de recursos naturais, que nas quais se destacam especialmente diamantes, petróleo e minério de ferro; jazidas de cobre, manganês, fosfatos, sal, mica, chumbo, estanho, ouro, prata e platina. que desde os anos 90. O país também conta com as sua principais industrias que por sua vez, são as de beneficiamento de oleaginosas, cereais, carnes, algodão e tabaco. Sem esquecer também, a produção de açúcar, cerveja, cimento, madeira, e do refino de petróleo.

Segundo Nguluve (2006) no ano 2000 a produção de mais de 750.000 barris de petróleo por dia ajudou posicionar Angola em segundo lugar a nível de África deixando-o apenas por trais da Nigéria, sem contar que as expectativas de analistas económicos apontavam para um número superior de 1.000.000 de barris de petróleo por dia. Fazendo com que o petróleo seja o mineral mais destacado, que representa 90% das exportações naturais e mais de 80% das receitas do estado bem como também os 42 % do PIB de Angola.

Já nos anos a seguir, o relatório do Plano Nacional de Desenvolvimento – PND 2013-2017 (2012) mostra que a economia de Angola cresceu a uma taxa de 9,2% ao ano. O destaque foi praticamente da economia que não dependia do petróleo ou seja, a economia não-petrolífera apresentou uma taxa media de crescimento de 12% neste período, o que resultou num crescimento de quase duas vezes de economia em que não si destaca o petróleo, isto nesses períodos. Em 2012 os exercícios de previsão apontavam que neste ano o crescimento seria de 8,8% isto é tendo em conta a combinação de um crescimento igual a 9,0% para a economia não-petrolífera e igual a 8,2% para a economia petrolífera.

Quadro: 3 - Taxa de crescimento do PIB Real (%)

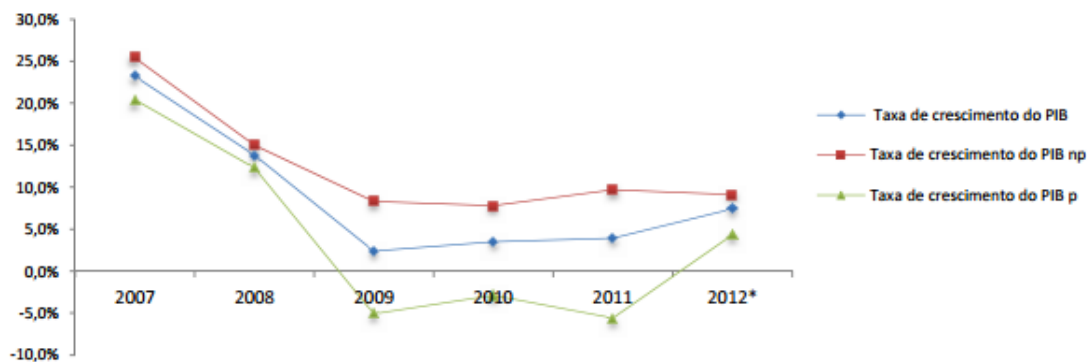
	PIB	PIBnp	PIBp
2007	23,20	25,40	20,40
2008	13,80	15,00	12,30
2009	2,39	8,31	-5,09
2010	3,50	7,80	-2,87
2011	3,90	9,70	-5,60
2012*	7,40	9,10	4,30

Fonte: APUT – PND 2012. P.15.

No seguinte gráfico segundo as consultas do PND é possível identificar três momentos no desempenho da economia angolana, desde 2007.

“O primeiro momento (2007-2008) caracteriza-se por altas taxas de crescimento do PIB petrolífero e do PIB não-petrolífero, em resultado da entrada e produção de importantes campos nos Blocos 15 (Marimba), 17 (Rosa) e 18 (Grande Plutónio) e de um aumento significativo dos níveis de atividade nos sectores da construção, agricultura e serviços mercante.”(PND, 2012).

Gráfico I: Taxa de crescimento do PIB Real e seus Componentes.



Fonte: APUT – PND, 2012, P.16.

O segundo momento (2009-2010), caracterizou-se por um decréscimo da produção petrolífera acompanhado pela redução do ritmo de crescimento de outros sectores importantes na estrutura do PIB, como o da agricultura e o dos serviços mercantis. (PND, 2012).

É importante realçar que diante desta redução no ritmo do crescimento da economia angolana, surge a necessidade para um posicionamento do governo quanto aos seguintes casos (diversificação da economia, reforma estruturais, gestão da dívida pública, controlo dos preços, gestão cambial, melhoria dos índices de competitividade Externa etc). Tendo em conta os ganhos que o país obteve neste período.

Outras razões para redução do crescimento é a queda da produção petrolífera que si verificou no período, as restrições de produção devido às manutenções e outros tipos de problemas mecânicos nas instalações bem como também a redução do preço do barril de petróleo como mostra a seguinte citação seguida dum quadro para a melhor compreensão:

[...] Segundo cálculos da British Petroleum⁸, o preço médio da Brent desceu de USD 121/barril, no segundo quarto de 2008, para USD 45/barril, no período homólogo de 2009) registou-se, em 2009, uma significativa redução nas receitas fiscais do Estado, o que levou a contração da procura agregada da economia e a conseqüente queda dos níveis de atividade de sectores importantes como a agricultura, serviços mercantis e indústria transformadora. (PND, 2012).

Quadro: 4 - Desempenho do Sector Petrolífero.

	Produção Petróleo (Milhões barris/dia)	Preço Medio Petróleo (USD/barril)
2007	1,69	74,4
2008	1,90	92,4
2009	1,80	60,9
2010	1,76	77,9
2011	1,66	110,1
2012	1,73	103,8

Fonte: APUT – PND, 2012. P.16.

Segundo PND 2012 a implementação de um programa amplo que visou avaliar as pressões de liquidez e estabelecer a confiança do mercado, isto é no período de 2009

⁸ British Petroleum ou BP é uma empresa multinacional sediada no Reino Unido que opera no setor de energia, sobretudo de petróleo e gás. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/global/corporate/about-bp.html>> acesso em 22 de Agosto de 2016.

e 2012, ajudou a restaurar a posição macroeconómica tida anterior à crise. Claro que para esta retomada o governo angolano teve que ser apoiado pelo Fundo Monetário Internacional, beneficiando-se de 1,4 mil milhões USD. Este valor permitiu a finalização de investimentos importantes que deram lugar ao terceiro motivo como mostra a seguinte citação seguida dum quadro para a melhor compreensão. Já:

[...] O terceiro momento (2011-2012), caracterizado pela estabilização do ritmo de crescimento do sector não-petrolífero em torno de 9,5%, o que constituiu evidência de que a economia não-petrolífera está a ganhar níveis de sustentabilidade que lhe permitem apresentar um desempenho cada vez menos dependente do sector petrolífero. (PND, 2012).

Quadro: 5 - Taxas de Crescimento do PIB (%).

	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (Est)
Agricultura	27,4	1,9	29,0	6,0	9,2	13,9
Pescas e derivados	9,7	-2,4	-8,7	1,3	17,2	0,0
Diamantes e outros	2,7	-8,2	4,6	-10,3	-0,7	9,0
Petróleo	20,4	12,3	-5,1	-3,0	-5,6	4,3
Indústria transformadora	32,6	11,0	5,3	10,7	13,0	6,0
Construção	37,1	25,6	23,8	16,1	12,0	7,5
Energia	8,6	26,1	21,3	10,9	3,5	11,7
Serviços mercantis	21,8	26,9	-1,5	8,7	9,5	10,0
Outros	4,5	1,9	5,9	4,7	9,6	4,3
PIB a preços de mercado	23,2	13,8	2,4	3,4	3,9	7,4
PIB não petrolífero	25,4	15,0	15,0	7,8	9,7	9,1

Fonte: APUT-Ministério do Planeamento, Preços constantes 2002, 2012. P.17.

A ilustração dada pela tabela acima mostra três sectores (agricultura, indústria transformadora, e serviços mercantis) que têm uma forte contribuição na estrutura do PIB, resistiram no primeiro momento, com a decaída do setor petrolífero. Entretanto, apesar deste défice, houve a retomada do crescimento no período seguinte.

No entanto Angola é um país de contraste. O país tem um elevado crescimento económico e que é bem visível Perante outros países africanos, porem a má distribuição dos recursos, gera disparidade das riquezas de sua população ao ponto de surtir efeitos negativos como o baixo IDH.

Angola continua a fazer parte do panorama mais desfavorável de África. Ainda não está concluído o processo de Angola passar a ser classificado de país de rendimento médio, mas mesmo que isso venha a ocorrer nas estatísticas sociais das Nações Unidas continua no agrupamento de países de desenvolvimento humano baixo. E é este desenvolvimento que conta nas contas da transformação do crescimento em progresso. O valor do IDH de 2013 é de 0,526, colocando o país na 149.^a posição num ranking mundial de 185 países. (JORNAL O APOSTOLADO, 2014).

No entanto diante desta situação surge a necessidade de entender mais, como que o país continua a fazer parte deste panorama.

Um dos exemplos mais evidentes que se pode apresentar nesta desigualdade, que é visível aos olhos de todos, é diferença estrutural existente entre regiões, embora a guerra civil que assolou o país tenha contribuído para tal situação. O que de fato não é justificável atualmente.

Dados mais evidentes apontam que a concentração de cerca de um terço da atividade económica do país esta na capital “Luanda”, tendo assim esta província como centralidade económica, enquanto que em outras províncias verifica-se um processo de regressão que contribui mais ainda na desigualdade. E uma parte dos resultados destas atividades económica, faz com que haja um vertiginoso crescimento das riquezas de uma elite.

Elite esta, composta por membros do governo e aliados do Bureau político do partido no poder. Estes membros têm privilégios políticos através de decretos presidências favoráveis aos seus interesses económico, fazendo com que haja uma desigualdade perante o resto da população, o que a pesquisa procura evidenciar.

Entretanto torna-se muito evidente que os padrões de vida de cerca de 70% da população local, que vêm apresentando um nível baixo no que se diz respeito à auto-sustentação, sobrevivendo assim com menos de dois dólares por dia, sendo que outras casualidades como a falta de estruturas básicas e sanitárias na maioria das periferias, a baixa inserção das crianças em escolas públicas justamente por falta de estrutura nestas instituições, bem como também o difícil acesso dos jovens de classe baixa ao ensino superior e também a falta de profissionais adequados na rede de saúde pública. Este défice que se registra é um dos fatores que contribui de forma negativa na taxa de expectativa de vida. A mortalidade infantil do país continua entre os piores do mundo, o estado do IDH de tal maneira reforça a ideia de uma presença clara da desigualdade,

principalmente na distribuição da riqueza da população, em um país com elevado crescimento económico da região austral da África.

Diante desta problemática, surgem os seguintes questionamentos: Onde são alocados recursos arrecadados pelo governo? Quem são os beneficiários das políticas públicas formulada pelo governo? Uma vez que a população, como parte ativa e proativa para desenvolvimento e crescimento do país precisa inteirar-se sobre o uso dos investimentos Orçamento Geral do Estado, bem como também dos programas sociais que visam a garantir uma distribuição equitativa de renda para as populações em situação de risco financeiro.

2 – CAPÍTULO: ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO ANGOLANO: SUA APLICABILIDADE E FISCALIZAÇÃO NO SECTOR SOCIAL.

2.1 - Elaboração do orçamento geral do estado.

Segundo Bernard F. Sliger, (Apud FGV, 1987) o termo orçamento pode referir-se, em princípio, ao plano de alocação de qualquer recurso escasso durante determinado período. Entretanto, é usualmente restrito à alocação de recursos financeiros. Nesse sentido, orçamento designa habitualmente um projeto ou plano das receitas e despesas esperadas, com variações na forma de acordo com sua utilização por empresas, indivíduos, famílias ou governos.

No processo administrativo de um país o Orçamento Geral do Estado garante aos membros contribuintes da sociedade a possibilidade de não só darem o seu acordo expresso, mas também de verificarem o modo da respetiva utilização, em relação às receitas e às despesas públicas. Sendo assim podemos caracterizar o Orçamento Geral do Estado como a lei Orçamentária anual que prevê a quantia de verbas que o país apresenta num período determinado. Este previsto anualmente. Sendo assim devem ser previstas a entrada e saída dos cofres públicos (receitas e despesas públicas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesa mais relevantes. É usualmente formalizado por meio de Lei, proposta pelo Poder Executivo, apreciada e ajustada pelo Poder Legislativo na forma definida pela Constituição, isto é segundo o Orçamento do cidadão 2016.

O ciclo orçamentário de um país é formado por quatro processos dinâmicos e flexíveis, classificado precisamente por etapas: Elaboração; Aprovação; Execução; e Controle. Estes correspondem ao período em que são processadas as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a apreciação final.

Elaboração - É o processo de construção da proposta orçamentária por programa de governo, ação e unidade orçamentária. Nessa fase, estimam-se as receitas e fixam-se as despesas que são apresentadas de forma padronizada e que podem ser discriminada, conforme as várias classificações exigidas nos dispositivos legais.

Aprovação – Após a elaboração encaminha-se o projeto de Lei a Assembleia Legislativa para uma melhor apreciação, sendo apreciada ao prazo constitucional de análise e aprovação até o final de cada Legislatura ``segunda quinzena de dezembro de cada ano´´. Após aprovação pela Assembleia Legislativa, o projeto de Lei é encaminhado ao responsável pela sua sanção, transformando-se na lei Orçamentária Anual, com a devida publicação no Diário oficial do Estado.

Execução - Após promulgação⁹ e com base nos limites nela fixados, inicia-se o processo de execução orçamentária, no qual compreende a fixação de quotas orçamentárias e financeiras para cada unidade orçamentária, assegurando às mesmas, em tempo válido, a soma de recursos para o início da execução. O procedimento de execução de esta em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias¹⁰ – LDO, nesta fase são efetivadas a arrecadação de receitas públicas bem como o processamento da despesa pública.

Controle – O controle é exercido mediante controles internos e externos. No âmbito interno, pela Auditoria Geral do Estado - AGE e no externo pela Assembleia Legislativa do estado ou Nação, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado - TCE e das entidades representativas da sociedade civil que apreciam e julgam se a aplicação dos recursos públicos ocorreu nos termos previstos na Lei Orçamentária Anual. Os órgãos de controle poderão, a qualquer tempo, realizar inspeções e auditorias, sem prejuízo da apreciação final das contas.

Normalmente no primeiro mês do ano dá-se início a execução do Orçamento por meio da disponibilização de plano de trabalho no sistema integrado de administração financeira para Estado e Município e da aprovação de quotas orçamentárias¹¹, dispostas conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que garantem aos órgãos à efetivação das

⁹ Promulgação: Etapa do processo legislativo consistente em atestar, oficialmente a existência da lei. É por meio dela que se confere força execução da lei. Disponível em: «<http://www.dicionarioinformal.com.br/promulga>» acesso em 22 de Agosto de 2016.

¹⁰ Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: Estabelece diretrizes para a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), contendo metas e prioridades do governo, despesas de capital para o exercício financeiro seguinte, alterações na legislação tributária e política de aplicação nas agências financeiras de fomento. Também fixa limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e dispõe sobre gastos com pessoal e política fiscal, entre outros temas. Disponível em: «<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principios-orcamentarios/o-que-e-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo>» acesso em 22 de Agosto de 2016.

¹¹ Quotas Orçamentárias: são Parcelas dos créditos orçamentários totais constantes do orçamento para cada projeto ou atividade orçamentário, que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar em cada trimestre (cota trimestral).

suas despesas. Essa programação pode ser ajustada pelos órgãos por meio das alterações orçamentárias que resultantes de fatores diversos, como por exemplo, subestimação do custo proposto, que si encontra em ação, ou mesmo uma possível mudança na prioridade estabelecida. A aprovação destas alterações é feita com base em decretos do Chefe do Poder Executivo Estadual e alimentado no sistema integrado de administração financeira para Estado e Municípios.

Para uma melhor compreensão do porque que Angola registra um baixo IDH é necessário saber como é feito a aplicabilidade e o controlo dos investimentos do OGE, especificamente no setor social, já que o mesmo em maior parte é o responsável pelos programas que garantem melhores condições de vida dos cidadãos Angolanos.

2.2 - Aplicabilidade do OGE 2011.

Orçamento Geral do estado de 2011 foi elaborado nos termos da lei N.º15/10, de 14 de Julho - Lei-quadro do OGE, do Decreto Presidencial N.º 31/10, de 12 de Abril, do Regulamento do Processo de Preparação, Execução e Acompanhamento do Programa de Investimentos Públicos e do Decreto-Lei N.º 5/02, de 1 de Fevereiro sobre as Condições e Procedimentos de Elaboração e Gestão dos Quadros de Pessoal da Administração Pública. (RELATORÓRIO FUNDAMENTAÇÃO DO OGE DE ANGOLA 2011).

Os projetos de investimento públicos com desembolsos previstos no OGE 2011 de Angola têm como objetivo principal: assegurar recursos financeiros e humanos para a manutenção dos respetivos empreendimentos em particular, Saúde, Educação e Assistência e Reinserção Social.

As despesas funcionais do OGE 2011 de Angola, mostram que a distribuição das despesas pelas varias funções do Estado, presente na proposta de revisão orçamental configura-se da seguinte forma.

Quadro. 6 - Estrutura Geral das Despesas do OGE 2011 de Angola.

	Administração	Defesa, Segurança e Ordem Pública	Sector Social	Sector Económico	Encargos Financeiros
2010 Inci.	14,5	19,6	30,5	16,7	18,7
2010 Rev.	23,3	15,9	30,3	16,4	14,1
2011	14,3	15,3	32,9	11,8	25,8

Fonte: Orçamento Geral do Estado 2011 de Angola.

É evidente que apesar de uma revisão na estrutura funcional da despesa, o sector social permanece elevado e é incrementado em comparação a 2010, por outro lado as despesas no sector económico, bem como o encargo administrativo e Defesa segurança e Ordem Pública apresentam uma redução.

Em 2011, os objetivos e prioridades do Executivo, são do ponto de vista sectorial, executados através de grandes Programas Sectoriais que incluem as despesas de execução, manutenção e de investimentos necessárias aos objetivos pretendidos. (RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DO OGE DE ANGOLA 2011).

No sector social o governo investiu no OGE de 2011 na educação, saúde, proteção social, recreação, cultura e religião, habitação e serviços comunitários, proteção ambiental, e assuntos económicos, de forma à minimizar os impactos sociais que se faziam presentes na sociedade.

- **Educação:** O programa tem como objetivo o aumento do número de alfabetizado, bem como melhoramento das condições de aprendizagem em sala de aula. Sendo assim o executivo investiu 341.169.176.178,00Kz, o que corresponde à 8,2% do investimento no sector social. O valor de 8,2% que é destinado à educação é repartido nas áreas de ensino primário e pré-primário 5,6%, ensino secundário 0,9%, ensino superior 0,9%, ensino não definido por níveis 0,1% serviços subsidiários à educação 0,6%.

- **Saúde:** O programa atende as principais prioridades do sector, como as melhorias nos serviços hospitalares, serviços de saúde, combate às grandes epidemias, saúde materno-infantil e luta contra o VIH/Sida. O executivo investiu 209.431.229.725,00Kz, o que corresponde à 5,0% do investimento no sector social. O valor de 5,0% destinado à saúde é repartido para as áreas: produtos, aparelhos, e equipamentos médicos 0,3%, serviços de saúde ambulatoriais 0,4%, serviços hospitalares 3,3% serviços de saúde pública 0,5% serviços de saúde não especificados 0,5%.

- **Proteção Social:** Como o próprio nome do programa já sugere; à promoção da proteção social, nas áreas da habitação, família e infância, entre outras. O executivo investiu 547.988.624.790,00Kz, o que corresponde à 13,1% do investimento no sector social. O valor de 13,1% é repartido de modo à beneficiar outros programas como: Doença e incapacidade 0,0%, velhice 2,8%, sobrevivência 0,8%, família e infância 0,3%, habitação 0,0%, investigação e desenvolvimento em produção 0,0%, serviços de proteção social não especificados 9,2%.

- **Recreação, Cultura e religião:** O programa visa o apoio às atividades de recreação, da cultura e da religião. O executivo investiu 53.680.786.943,00Kz, o que corresponde à 1,3% do investimento no sector social. O valor de 1,3% é repartido em áreas como: Serviços recreativos e desportivos 0,2%, serviços culturais 0,2%, serviços de difusão e publicação 0,9%, serviços religiosos e outros serviços à comunidade 0,0%, investigação desenvolvimento, recreação, cultura e religião 0,0%, assuntos e serviços recreação cultura e religião não especificado 0,0%.

- **Habitação e Serviços Comunitários:** O programa promove à melhoria das condições de vida da população, através do desenvolvimento de ações nas áreas da habitação e serviços comunitários. O executivo investiu 191.040.624.312,00Kz, o que corresponde à 4,6% do investimento no sector social. O valor de 4,6% é repartido em áreas como: Desenvolvimento habitacional 1,7%, desenvolvimento comunitário 0,7 %, abastecimento de água 2,2%, iluminação das vias públicas 0,0%, habitação, serviços comunitários não especificados 0,0%.

- **Proteção Ambiental:** O programa promove a proteção ambiental através da melhoria da gestão dos resíduos, das águas residuais e a investigação e desenvolvimento em proteção ambiental. O executivo investiu 31.233.428.964.00Kz, o que corresponde à 0,7% do investimento no sector social. O valor de 0,7% é repartido em áreas como: Gestão de resíduos 0,5%, gestão de águas residuais 0,1%, proteção da biodiversidade e da paisagem 0,2%, e serviços de proteção ambiental não especificados 0,0%.

- **Assuntos Económicos:** Promove melhorias em outros setores que beneficiam o bem estar e a sustentabilidade da população, sendo elas: Agricultura, Indústria, Geologia, Comercio, Energia e Transporte. O executivo investiu 490.405.525.009,00Kz, o que corresponde à 11,8% do investimento no sector social. O valor de 11,8% é repartido em áreas como: Assuntos económicos gerais, comerciais e laborais 1,2%, agricultura, silvicultura, pesca e caça 1,4%, combustíveis e energia 2,5%, indústria extrativas, transformadoras e construção 0,2%, transporte 5,5%, comunicações 0,5%, outras atividades económicas 0,4% assuntos económicos não especificados 0,0%.

Quadro: 7 - Estrutura das despesas funcionais do OGE 2011.

Programas Sectoriais 2011	Setores Sociais	Despesas/Kz	OGE
	Educação	341.161.176.178,00	8,2%
	Saúde	209.431.229.722,00	5,0%
	Proteção Social	547.988.624.790,00	13,1%
	Recreação, Cultura e Religião	53.680.786.943,00	1,3%
	Habitação E Serviços Comunitarios	191.040.624.312,00	4,6%
	Proteção Ambiental	31.233.428.964,00	0,7%
	Assuntos Económicos	490.405.525.009,00	11,8%

Fonte: Orçamento Geral do Estado 2011 de Angola.

É notável que nas despesas do sector social, especificamente de outros sectores que estão englobados dentro do mesmo, o sector que mais se beneficia é o de proteção social, que possui 13,1% das despesas dos programas do sector, isto é segundo o OGE de Angola (2011).

2.3 - Aplicabilidade do OGE 2012.

A execução da despesa tem como suporte a Lei nº 37/11, de 28 de Dezembro que aprovou o OGE para o ano de 2012 e no Decreto Presidencial nº 320/11, de 30 de Dezembro que aprova as regras anuais de Execução do Orçamento Geral do Estado. (RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DO OGE DE ANGOLA 2012).

As despesas funcionais do OGE 2012 de Angola, mostram à diferença de valores orçamentários perante uma distribuição das despesas pelas varias funções do Estado, sendo que, para este ano o sector social teve um incremento de 2%, configurando-se em 34,5% do Orçamento Geral do Estado.

-Educação: O orçamento executado neste sector foi de 361.793,8 milhões Kz, representando 8,0% do total. Deste valor, 65,0% foram alocados para o Ensino Primário e Pré-Primário, 12,2% para o Ensino Secundário, 12,7% para o Ensino Superior e 10,1% para as demais áreas do ensino. Neste sector, houve um aumento das despesas executadas de 13,6%, em relação ao exercício financeiro de 2011.

-Saúde: Para o sector de Saúde, o orçamento executado foi de 213.098,0 milhões Kz correspondente a 4,7% do total. Deste valor, 63,9% foram alocados para os Serviços

Hospitalares, 12,1% para os Serviços de Saúde Pública, 9,2% para os Produtos, Aparelhos e Equipamentos Médicos e 15,0% para Outros Serviços de Saúde. Neste sector, houve um aumento das despesas executadas de 20,6%, em relação ao exercício anterior.

-Proteção Social: O total do orçamento executado neste sector foi de 691.638,0 milhões Kz, equivalente a 15,4% do total, demonstrando uma redução de 23,7% em relação ao ano anterior. Não obstante a redução anteriormente referida, registou-se um aumento de 130,8% na parcela de Doença e Incapacidade, Família e Infância, e Habitação.

-Recreação, Cultura e Religião: Neste sector, o orçamento executado foi de 67.298,8 milhões kz, equivalente a 1,5% do total, tendo verificado um aumento de 24,4% em relação ao ano de 2011, influenciado pelo incremento de 69,9% nos Serviços Recreativos e Desportivos.

-Habitação e Serviços Comunitários: Neste sector, houve uma execução de 163.131,9 milhões Kz, equivalente a 3,6 % do orçamento. Comparativamente ao exercício anterior, verificou-se um acréscimo de 34,4%.

-Proteção Ambiental: O orçamento executado correspondeu a 55.081,6 milhões Kz, que equivale a 1,2% do total, traduzindo um acréscimo de 69,2% em relação ao ano anterior. Do montante orçamentado, 78,8% refere-se a Gestão de Resíduos, 9,5% à Gestão de Águas Residuais e 9,4% à Proteção da Biodiversidade.

-Defesa, Segurança e Ordem Pública: O orçamento executado correspondeu a 441.372,6 milhões Kz, para o sector da Defesa, equivalente a 9,8% do total e Kz 393.736,8 milhões para o sector Segurança e Ordem Pública, equivalente a 8,8% do total. Em relação ao ano anterior houve um aumento de 11,8%, para o sector da Defesa enquanto que o sector da Segurança e Ordem Pública conheceu um aumento de 41,0%.

-Assuntos Económicos: O orçamento executado foi de 540.973,6 milhões Kz, representando 12,0% do total. Deste valor, 13,1% foram alocados para Assuntos Económicos Gerais, Comerciais e Laborais, 53,6% para Transportes e 16,6% para Combustíveis e Energia. Houve um decréscimo pouco significativo de 0,4% em relação ao período anterior.

Quadro: 8 - Estrutura das despesas funcionais do OGE 2012.

Programas Sectoriais 2012	Sectores Sociais	Despesas/Kz	OGE
	Educação	361.793,8 milhões	8,0%
	Saúde	213.098,0 milhões	4,7%
	Proteção Social	691.638,0 milhões	15,4%
	Recreação, Cultura e Religião	67.298,8 milhões	1,5%
	Habituação e Serviços Comunitários	163.131,9 milhões	3,6 %
	Proteção Ambiental	55.081,6 milhões	1,2%
	Defesa, Segurança e Ordem Pública	393.736,8 milhões	9,8%
	Assuntos Económicos	540.973,6 milhões	12,0%

Fonte: OGE 2012 de Angola.

Para o ano de 2012 é notável à incompatibilidade de valores percentuais nas despesas do sector social, o sector de proteção social teve um aumento de 2% configurando-se assim a 15,4%, entretanto, não é suficiente para solucionar os problemas que si registraram neste sector em 2012.

2.4 - Aplicabilidade do OGE 2013.

No OGE de 2013, a distribuição funcional das despesas prioriza o sector Social que averba é de 33,5% dos recursos, sendo 8,09% para a Educação, 5,29% para a Saúde, 10,83% para Proteção Social, 7,02% para a Habituação e 1,1% pra a Proteção Ambiental. Em seguida têm-se a Administração Pública com 23,6%; ficando os Assuntos Económicos (incluindo Transportes e Agricultura, entre outros sectores) e a Defesa e Ordem Pública, ambos com aproximadamente 18%.

Quadro: 9 - Estrutura das despesas funcionais do OGE 2013.

Programas Sectoriais 2013	Sectores Sociais	OGE
	Educação	5,29%
	Saúde	10,83%
	Proteção Social	7,02%
	Habitação e Serviços Comunitários	1,1%
	Proteção Ambiental	1,1%
	Defesa, Segurança e Ordem Pública e Assuntos Económicos.	18%

Fonte: OGE 2013 de Angola.

Apesar de não detalhar muito o valor das despesas e o tipo de investimento feito nas sube áreas que o sector prioriza (Educação; Saúde; Proteção social; Recreação Cultura e Religião; Habitação e serviços Comunitários; Proteção Ambiental, Defesa segurança e ordem; publica Assuntos; assuntos Económicos) verifica-se a diminuição do peso das despesas com os encargos financeiros e os Sectores Económicos, a favor da Administração e dos Sectores Sociais, continuando este a beneficiar da maior afetação dos recursos totais do OGE.

Segundo o OGE Angola 2013, o aumento do peso do sector social resulta do crescimento nas despesas de operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos. As dotações orçamentais para o sector social, em especial nos sectores da saúde, educação e ensino superior visam assegurar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Redução da mortalidade materna, infantil e infanto-juvenil, bem como mortalidade por doenças do quadro nosológico; Consolidação do processo de reforma e o aumento da capacidade de atendimento ao nível do Município; Operacionalização da atenção secundária e terciária a nível regional e nacional; Prevenção e luta contra as grandes endemias; Capacitação dos quadros da saúde, dos indivíduos, das famílias e das comunidades para a promoção e proteção da saúde; Ampliação das infraestruturas sanitárias e o reforço da capacidade de desempenho das mesmas; Melhorar a eficiência e a qualidade da gestão hospitalar; Desenvolver e implementar um sistema de garantia de qualidade de produtos farmacêuticos; Alargamento do acesso ao ensino através da

construção, reabilitação, ampliação e apetrechamento de instituições escolares; Assegurar a obrigatoriedade e gratuidade do ensino pré-escolar; Desenvolvimento e estruturação da formação de professores; Intensificação da alfabetização de adultos; Melhoria da gestão escolar; Assegurar o acesso gratuito a livros e material escolar; Reabilitação e dotação de infraestruturas do ensino superior; Formação dos gestores, do pessoal docente e técnicos no domínio das aprendizagens e da avaliação das instituições; Aquisição, manutenção e renovação de laboratórios, oficinas e bibliotecas nas instituições do ensino superior; Incremento de ações que estimulem a investigação científica; Aumento das bolsas de estudo internas e externas. (PND, 2013-2017).

2.5 - Aplicabilidade do OGE 2014.

O OGE para 2014 assume os grandes Objetivos Nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo (2013-2017): Preservação da unidade e coesão nacional; Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento; Melhoria da qualidade de vida; Inserção da juventude na vida ativa; Desenvolvimento do sector privado; Inserção competitiva de Angola no contexto internacional. (RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DO OGE, 2014).

Segundo o Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado Angolano 2014, no âmbito das políticas para o sector social o OGE prioriza os seguintes programas:

- Atualização da Política de População: Assegurar que a Política de Habitação incorpore os resultados do 1º Recenseamento Geral da População e Habitação.
- Elaboração e Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos: Elaborar e Implementar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos, abrangendo e integrando todos os níveis de formação-base e de qualificação, desde a alfabetização, educação e formação iniciais até à formação avançada, que responda às necessidades de desenvolvimento do País e melhore substancialmente a qualidade da educação-formação.
- Valorização da Família e Melhoria das Suas Condições de Vida: Criar as condições económicas, sociais, culturais e políticas para que a família possa

desempenhar a sua função nuclear na sociedade, com respeito da sua identidade, unidade, autonomia e valores tradicionais.

- **Promoção da Igualdade de Género:** Promover para Homens e Mulheres, iguais oportunidades, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, social e política.
- **Valorização e Proteção Social do Idoso:** Proteger socialmente o idoso e valorizar o seu papel económico, social e cultural.
- **Proteção Integral dos Direitos da Criança:** Garantir a proteção integral dos direitos da criança, tendo em vista o desfrute pleno, efetivo e permanente dos princípios reconhecidos na legislação nacional e nos tratados internacionais de que o País é signatário, constituindo uma efetiva Agenda para a Defesa dos Direitos da Criança.
- **Integração dos Movimentos Migratórios na Política Nacional de População:** Integrar os movimentos migratórios internos e externos, na Estratégia Nacional de Desenvolvimento e na Política Nacional de População.
- **Melhoria das Condições de Vida dos Ex-Militares e Suas Famílias:** Assegurar a melhoria das condições de vida dos ex-militares e suas famílias.
- **Promover o desenvolvimento humano e educacional:** Com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos.
- **Promover de forma sustentada o estado sanitário da população angolana:** Assegurar a longevidade da população, apoiando os grupos mais desfavorecidos e contribuir para o combate a pobreza.
- **Promoção do acesso de todos os cidadãos aos benefícios da cultura sem qualquer tipo de discriminação:** Tomar em linha de conta as aspirações dos diferentes segmentos da população, promovendo deste modo à liberdade de expressão e a mais ampla participação dos cidadãos na vida cultural do país, o fortalecimento livre e harmonioso da sua personalidade e o respeito dos usos e costumes favoráveis ao desenvolvimento, o que contribuirá a consolidação da nossa identidade nacional, caracterizada pela diversidade cultural.
- **Promover a generalização da prática desportiva nas diferentes camadas da população:** Em particular os jovens e mulheres dando especial atenção ao desporto na escola.

Ainda assim, segundo o OGE 2014 de Angola outros programas incluem a Atuação na Formação e Redistribuição do Rendimento; implementação de forma integrada, dos Programas de Rendimento Mínimo e outras formas de Proteção Social; Programa de Alfabetização; Elaboração e Implementação da Estratégia Nacional de Formação de Quadros; Apoio à Criação de Emprego Produtivo; Modernização da Organização do Trabalho; Programa de Reabilitação de Ex-Militares Portadores de Deficiência; Inserção dos Jovens na Vida Ativa e a Melhoria da Qualidade de Vida da Juventude; Programa Angola Jovem; Implantação do Sistema Nacional de Museus, Arquivos, Centros Culturais e Bibliotecas; Programa de Prestação de Cuidados Primários e Assistência Hospitalar e Programa de Gestão e Ampliação da Rede Hospitalar; programa de Expansão do Ensino Pré-Escolar, Programa de Desenvolvimento do Ensino Primário e Secundário e Programa de Melhoria do Sistema de Formação Técnico Profissional.

Já nas despesas funcionais do Orçamento Geral do Estado de Angola, a administração pública (33,97%), seguida do sector social que averba 29,97% dos recursos, sendo 6,17% para a Educação, 4,35% para a Saúde, 9,60% para Proteção Social, 7,88% para a Habitação e 1,97% para outras despesas do sector. Os Assuntos Económicos (incluindo Transportes e Agricultura, entre outros sectores) consumiram 19,61% do Orçamento Geral do Estado 2014 e a Defesa e Ordem Pública com aproximadamente 16,45%.

Quadro: 10 - Estrutura das despesas funcionais do OGE 2014.

Programas Sectoriais 2014	Administração Pública		33,97%
	Sector Social	Sob Sector social	29,97
		Educação	6,17%
		Saúde	4,35%
		Proteção social	9,60%
		Habitação	7,88%
		Outras despesas do sector	1,97%
		Assuntos Económicos	19,61%
	Defesa e Ordem Pública	16,41%	

Fonte: OGE 2014 de Angola.

Desta vez é notável que nas despesas do sector social, os mais beneficiados são o sector dos Assuntos Económicos com 19,61% e o de Defesa e Ordem Pública com 16,45%:

[...] O peso do sector social resulta da importância da operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos. As dotações orçamentais para o sector social, em especial nos sectores da saúde, educação e ensino superior visam assegurar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. (RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DO OGE 2014).

No entanto apesar da justificativa que os investimentos do sector social estariam garantidos no PND. Porque ainda si registou um crescimento menor do IDH com os investimentos orçamentos passados especificamente dos anos de 2011 a 2013?

É importante realçar que certos dados em especial que dizem respeito as tabelas do sector social 2011 a 2014, ilustradas anteriormente não correspondem na sua totalidade com a realidade angolana, uma vez que temos instituições como universidade que publicam relatórios que contrariam muito os relatórios lançados pelo próprio estado. O estado em si só já fornecia relatórios completos e bem detalhados como, por exemplo, (Boletim de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado) mais que por motivos desconhecidos dificultam a liberação e publicação dos mesmo ao público. (Grifos meu).



Fonte: Imagens. Relatório do Ministério das Finanças 2007 de Angola.

Esses relatórios seriam de grande relevância para a compreensão desta problemática. Segundo o Relatório Económico da Universidade Católica (2013),

Angola ainda não dispõe de infraestruturas em quantidade e qualidade para alavancar ainda mais com o crescimento económico em bases sistémicas e sustentáveis nos domínios rodoviário, portuário, ferroviário, telecomunicações, redes de informações e redes de informação e sistemas de saúde, bem como a capacidade científica e tecnológica nacional que limita a qualidade dos quadros de mão-de-obra nacional, que em parte, necessário para o bom crescimento do IDH angolano. E com a redução orçamentaria no ano de 2014, especificamente nos sectores da Educação e Saúde, será que não colocaria em ``risco`` o objetivo da promoção do desenvolvimento humano e o bem estar dos cidadãos? Visto que sociedade angolana ainda carece muito de melhorias nesses sectores.

Outro programa do sector social que apesar de apresentar um valore percentual alto em relação a outros programas, mais que, em contrapartida sofreu uma queda drástica de investimento no OGE é o sector de proteção. Visto que o sector tem como função a redução do impacto dos riscos sociais e económicos, e a promoção de um crescimento equitativo.

Segundo ADRA¹² 2016 em Angola, a Lei de Bases da Proteção Social estrutura o sistema de Proteção Social em três eixos: Básica, obrigatória e complementar. A proteção social obrigatória e a complementar assentam numa lógica de seguro social ligado ao emprego e financiado por meio das contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras. Por isso, este eixo é denominado de ‘proteção social contributiva’ e beneficiam a população empregada no sector formal da economia. Já terceiro eixo refere-se à ‘proteção social não-contributiva’, também chamada ‘proteção social básica, ou ‘de base’’, ou seja, o conjunto de intervenções que visam promover o bem-estar dos indivíduos, famílias e comunidades pobres e vulneráveis e a garantia de níveis mínimos de subsistência e dignidade. O alvo específico da proteção social não-contributiva são as famílias que se encontram em situação de precariedade económica e risco.

No PND 2013-2017 o programa de proteção social não-contributiva tem um papel fundamental para a redução da pobreza e para a melhor redistribuição da riqueza

¹² ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente: É uma organização que procura contribuir para o desenvolvimento rural democrático e sustentável, social e ambientalmente justo, e para o processo de reconciliação nacional e a paz em Angola, ver: «<http://www.adra-angola.org/protecc%CC%A7a%CC%83o-social-no-oge-2016/>» acesso em 09 de Novembro de 2016.

de um país. Esta política de assistência social já si encontra há tempos a ser analisada para aprovação pelo conselho de ministros. Sendo que uma vez aprovado, a política poderá fornecer uma base para a expansão do financiamento e das intervenções de proteção social com foco principal os mais vulneráveis.

Em Angola o programa de proteção social não-contributiva não é priorizado. Quase metade 44% dos fundos classificados no OGE como Proteção Social são direcionados à segurança social para os trabalhadores da função pública e os ex-militares ou seja, para a proteção social contributiva. Mais de metade 51% da atribuição ao sector é classificada no OGE como serviços de Proteção Social Não Especificados, que por sua vez o OGE não fornece informações detalhadas sobre esta rubrica orçamental, fazendo com que não há evidência de que estes fundos sejam investidos em intervenções de proteção social de base. A porção do orçamento alocada para Proteção Social que tem vindo a ser atribuída à proteção social não contributiva é muito limitada, sendo estimada em 5% da atribuição sectorial. Isto é segundo análise da ADRA 2016.

2.6 - Controle.

O controle dos investimentos do OGE de 2011 até 2014, especificamente nos sectores sociais. São fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado TCE e pela Assembleia Legislativa, tendo como base para sua fiscalização os termos previstos na Lei Orçamental Anual.

Pelo TCE a fiscalização é dada com base numa análise preventiva da legalidade dos e dos contratos geradores das despesas ou que representem responsabilidade financeira das entidades que se encontram sob sua jurisdição. A análise também pode ser por iniciativa própria ou da Assembleia Nacional, que por sua vez pode fazer a fiscalização por meio de inquéritos e auditorias de natureza contabilística sujeitas à sua jurisdição, de modo a assegurar a fiscalização da aplicação de recursos financeiros doados pelo Estado.

Assembleia Legislativa tem vários instrumentos políticos de fiscalização, em que se destacam as figuras jurídicas da Pergunta e do Requerimento, previstas quer na Constituição da República de Angola, quer no Regimento da Assembleia da República,

os deputados angolanos podem dirigir-se ao governo e à administração pública, estando estes obrigados, por Lei, a responder no prazo determinado, as perguntas ou os requerimentos que lhe forem colocados. As questões que foram colocadas na segunda sessão extraordinária da Assembleia Nacional por deputados da oposição UNITA e CASA-CE referente as reduções no sector social especificamente na Saúde e Educação no do OGE 2014 são exemplos desta fiscalização.

Caso seja provado delito por parte dos gestores e agentes administrativos das unidades orçamentais, como por exemplo, a prática de atos que originarem a acumulação de pagamentos em atraso são responsabilizados, disciplinar e administrativamente, de acordo com o nº4 do artigo 10º da proposta de Lei do OGE para 2014 aprovadas na generalidade pela Assembleia Nacional. No entanto as punições aos devidos responsáveis dificilmente acontece por causa da conivência existente entre o executivo e a maior força legislativa (MPLA), colocando assim em risco a credibilidade da fiscalização e a transparência da própria assembleia nacional. (Grifos meu).

3 – CAPÍTULO: PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA EM ANGOLA.

O sistema capitalista de organização da sociedade empreendido no mundo passou a desenvolver características peculiares, dentre elas a pobreza. A concentração populacional nas grandes cidades, a reestruturação industrial e a desigual distribuição das benesses do crescimento económico contribuíram para a criação de um novo elenco de problemas e carências ligados à insegurança pessoal, à violência urbana e à grupos mais vulneráveis.(COLARES. 2016)

Historicamente a formulação e implementação de programas de transferência de renda, teve o começo em determinados países de capitalismo avançado como solução para eventuais constrangimentos sociais. Enquanto que nos países de desenvolvimento lento deu-se de forma diferente como no caso dos países latino-americanos bem como também nos países africanos.

Os programas de transferência de renda ou de bens têm como foco principal a transferência monetária que poderá acelerar o progresso na redução da pobreza e vulnerabilidade financeira da população em países em processo de desenvolvimento.

Segundo Clóvis e Mizzi (2016) os países nórdicos ¹³da Europa foram os pioneiros na introdução de programas de transferência de renda, que por sua vez foram adotados há mais de seis décadas pelo Reino Unido em 1948 seguido pela Finlândia em 1956 e Suécia em 1957. Outros países como a Bélgica introduziram esses sistema de proteção social em 1974, já na Alemanha em 1961 foi introduzida uma lei federal de `Auxílio Social`. Por outro lado a França apesar da polémica em torno da introdução ou não do programa de transferência de renda, o contexto foi marcado por um intenso debate, culminando com a instituição tardia da Inserção da renda mínima em 1988.

É importante salientar que na atual conjuntura, em nenhum desses países, discute-se de forma que possibilitam o término ou extinção de tais programas. Ao contrário, os mesmos são tidos como fundamentais no que concerne à proteção social dos indivíduos fragilizados ou expostos aos mais diversos riscos sociais.

¹³ Os países nórdicos constituem uma região da Europa setentrional e do Atlântico Norte, composta pela Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia, e as regiões autónomas das Ilhas Faroé, arquipélago da Åland e Groenlândia.

No caso de Angola segundo análise feita pela ADRA (2016), o país é um dos pouquíssimos em desenvolvimento que ainda não investe muito em programas de transferência de renda. Num cenário em que este programa é inexistente a sustentabilidade da população que se beneficia desta assistência seria praticamente baixa e o seu poder de compra bastante mente reduzido ou ate mesmo ilusório visto que estas famílias viveriam praticamente de doações feitas por instituições privadas. Por outro lado estima-se que no país existem apenas dois programas de transferência de bens, como o programa de Apoio Social (PAS); e o Cartão Kikuia. O PAS tem como principal subcomponente a cesta básica que distribui alimentos a familiares em situação de vulnerabilidade económica. A distribuição, por outro lado, é irregular. O programa é favorável de acordo com a disponibilidade de recursos do governo. Segundo dados do governo o programa PAS presta assistência a cerca de 500.000 pessoas. Mesmo que estes números fossem confirmados, seria equivalente a apenas 8% da população que vive em situação de pobreza monetária, sendo que país conta com 70% da sua população num nível baixo no que si diz respeito à autossustentação. O Cartão Kikuia¹⁴ é um programa de transferência de bens que disponibiliza às famílias pobres 5.000 Kwanzas por mês, por meio de um cartão pré-pago, para a compra de um conjunto de produtos previamente definidos (alimentos, materiais de ensino, etc.), em lojas estabelecidas para o efeito pelo Governo. A focalização e seleção dos beneficiários do programa são da responsabilidade das autoridades locais e não está claro se foram definidos critérios adequados para garantir que o programa beneficie as famílias vulneráveis.

Nos países da América do sul que adotaram as políticas de transferência de Renda como, por exemplo, o Brasil, a implementação dessas políticas públicas que visam à proteção social voltada para combater a fome e a pobreza ganharam grande destaque de forma a concretizar uma nova solidariedade sob a forma de um pacto social entre o Estado e as classes menos favorecidas, embora que esta implementação tenha gerado grandes debates do contra e do à favor.

Ainda no contexto brasileiro o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família é visto por muitos como responsável por assombrar o País, causando

¹⁴ O Cartão Kikuia é um programa de transferência de bens que tem como alvo os agregados familiares vulneráveis. Este programa de assistência social disponibiliza as famílias vulneráveis o valor 5.000Kz, o equivalente 30,02US americanos ou 102R moeda Brasileira, ver: ADRA 2016.

acomodação e falta de incentivos ao trabalho. Por outro lado, vários estudos buscam reafirmar a necessidade desses programas como instrumento de proteção social. Em comparação com a experiência internacional, esses programas apresentam-se sob diferentes desenhos institucionais, possuindo, de forma geral, entretanto, perspectivas semelhantes, como por exemplo, a erradicação da fome através da concessão de uma renda básica às famílias necessitadas (Clóvis e Mizzi 2016).

Em Angola as políticas ou estratégias que engrandecem o sector de proteção não-contributiva que tem como foco as famílias em situação de vulnerabilidade, ainda não estão bem estruturados, resultando assim em intervenções pouco coordenadas. Um esboço de Política Nacional de Assistência Social (PNAS¹⁵) foi desenvolvido pelo MINARS¹⁶ e aguarda aprovação pelo Conselho dos Ministros. A aprovação da PNAS poderia contribuir a reforçar e racionalizar o sector da proteção social não contributiva em Angola e também servir de base para aumentar a alocação a assistência social que são bem limitadas (ADRA, 2016).

Apesar da atribuição total da função proteção social nos OGEs dos últimos anos sejam elevados em termos percentuais e absolutos:

[...] A porção atribuída para a proteção social não contributiva (ou ‘de base’) é muito limitada, sendo estimada, na base dos nossos cálculos, em menos de 5% da atribuição sectorial. De facto, a grande maioria dos fundos alocados à função Proteção Social financiam a proteção social contributiva (44%) ou outro tipo de despesas (ADRA, 2016).

Quadro: 11 - Percentagem do OGE atribuídos ao sector da proteção social.

2011	2012	2013	2014	2015 Prev	2016 prev
13,1%	12,7	10,8	9,6%	13,0	12.6

Fonte: ADRA_OGE-2016

Embora os classificadores orçamentais deixem dúvidas em alguns casos, a proteção social não-contributiva tem vindo receber atribuições entre 5% e 6% do total

¹⁵ Política Nacional de Assistência Social - PNAS: É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco.

¹⁶ O Ministério da Assistência e Reinserção Social, adiante designado por MINARS é o órgão do Governo encarregue de dirigir e coordenar a execução da política de apoio social relativa aos grupos mais vulneráveis da população, garantindo os seus direitos e a promoção do seu desenvolvimento através de medidas que reportam a implementação de políticas sociais básicas da reinserção e da assistência social.

alocado à Proteção Social. O peso limitado da alocação à proteção social não-contributiva tende à manter ou decrescer nos futuros OGEs, fato que é bastante preocupante uma vez que a distribuição de verbas dificilmente beneficiará este sector.

Quadro: 12 - Estimativa da alocação para proteção social contributiva e não-contributiva (ou ‘de base’) como percentagem da função da Proteção Social.

Ano	Proteção Social Contributiva.	Proteção Social não-contributiva.	Despesas não Especificadas
2014	28%	5%	63%
2015 prev	39%	6%	55%
2016 prev	44%	5%	51%

Fonte: ADRA_OGE-2016

A falta de informação precisa e detalhada sobre a destinação e benefícios das atribuições dos serviços de proteção social não-especificado deixam muito a desejar, sobre uma real convicção de que não há uma verdadeira distribuição equitativa de recursos, e si realmente este programa tem uma eficácia na sociedade.

Segundo ADRA (2016) As informações recolhidas referente as atribuições na sub função dos serviços de proteção social não especificados indicam que esta rubrica inclui provavelmente os vários subsídios do Estado a energia e fundos de contingências cuja natureza não foi possível esclarecer. Em relação aos subsídios energéticos, deve-se mencionar que a sua classificação como Proteção Social é problemática, pois, conforme demonstrado por evidências internacionais, trata-se de intervenções com carácter regressivo, ou seja que beneficiam de maneira desproporcionada as camadas mais ricas da população.

A sub função ‘Sobrevivência’ tem uma alocação total de 100 mil milhões de Kwanza dos quais 73 mil milhões são atribuídos ao MAPESS, o que indica que estes fundos provavelmente financiam a proteção social contributiva dos trabalhadores e pensionistas. Os restantes 27 mil milhões são alocados às províncias e o OGE não fornece informações sobre o destino destes fundos (ADRA, 2016).

O ministério responsável pela coordenação da proteção social de base MINARS em Angola cuja maior intervenção, o programa de apoio social teve corte significativos de quase 80%, outros programas também ligados ao apoio social PAS também receberam cortes importantes nomeadamente:

- (1) Respostas a calamidades e emergências (-26%).

- (2) Ações a favor de pessoas com deficiências (-26%).
- (3) Apoio aos ex-militares (-46%), e outros programas gerais de transferências para pessoas vulneráveis como idosos, órfãos, desempregados, e pessoas com necessidades habitacionais (-50%).

Outros programas de proteção social de base, implementados por outros departamentos ministeriais também sofreram cortes consideráveis em 2014 como, por exemplo, o programa do cartão Kikuia, bem como também os sectores que garantem a merenda escolar. Como já foi mencionado anteriormente, os classificadores orçamentais não permitem ter informações adequadas sobre as alocações para programas de Proteção Social. Sem uma revisão dos classificadores do sector continuará a ser muito difícil, tanto para o Estado quanto para o cidadão, saber que fundos são de facto investidos nesta área crucial para o desenvolvimento sustentável (ADRA, 2016).

Por exemplo, as províncias de Angola, com exceção à capital, têm pouca autonomia para adaptar as intervenções de proteção social às necessidades locais, uma vez que dependem muito duma estrutura central que é comandada da capital Luanda:

[...] A análise da atribuição sectorial por província mostra grandes disparidades e não há evidências de que o nível da alocação provincial para programas de proteção social de base esteja relacionado com o número de pessoas pobres que vivem em cada província (ADRA, 2016).

Numa visão mais lógica seria benéfico à iniciativa de uma maior descentralização de recursos, com base em critérios pré-definidos em relação ao número de pessoas que necessitam apoio em cada província. O programa de Proteção Social, particularmente a de natureza 'não-contributiva (ou de base), é um sector crucial para a redução da pobreza e a redistribuição da riqueza de um país. Embora no Orçamento Geral do Estado a alocação classificada como Proteção Social seja elevada, só uma parte muito limitada destes recursos está destinada a proteção social não-contributiva enquanto que outras especificamente as não definidas ou não especificadas recebem uma maior atenção por parte das autoridades.

De acordo com ADRA (2016) a crise económica que começa por assolar o país aumenta a importância e a urgência de incrementar de maneira substancial os montantes investidos em programas de proteção social de base com o fim de mitigar o impacto da crise nas camadas mais vulneráveis da população. O investimento em programas de

transferência de renda seria o passo certo na direção da redução da pobreza e diminuição das disparidades nas divisões equitativas das riquezas do país.

CONCLUSÃO

Este trabalho, que resultou na elaboração do TCC, teve como objetivo principal identificar e compreender os fatores que estão na base da disparidade entre o elevado crescimento económico e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que se observa em Angola. Por outro lado, tentamos compreender como tem sido elaborado o Orçamento Geral do Estado: sua aplicabilidade e fiscalização, bem como entender as dificuldades dos programas de assistência social, em especiais os que se referem à transferência de Renda.

As principais questões teóricas deste trabalho giram em torno do crescimento económico, do índice de desenvolvimento humano e do fraco índice desenvolvimento humano. A metodologia que foi usada durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho foi fundamentada, basicamente, na pesquisa bibliográfica.

Apesar de Angola ter passado por uma guerra civil, que assolou e destruiu as infraestruturas do país, após sua libertação colonial. Os acontecimentos que ficaram marcados na historia de Angola não impediram que este país prosperasse e registrasse um dos melhores índices de crescimento económico a nível da África e mundo, no entanto o seu IDH continua a ter uns dos piores crescimento à nível da África.

No processo de elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE), a falta de vontade e seriedade por parte dos governantes em assegurar as devidas condições dos investimentos públicos tornou-se bastante evidente com a elaboração do OGE de 2014, que por sua vez ficou marcado pelos corte indevidos no sector social, especificamente na Educação, saúde e no programa de Proteção Social, particularmente a de natureza não-contributiva.

O sector Educacional, apesar de ter-se registrados melhorias com a inserção de alunos nas escolas públicas, ainda não se registrou uma diminuição significativa no número de cidadãos não alfabetizados, especificamente adultos, muitos deles residentes em áreas rurais. Hoje em Angola o número de escolas públicas ainda não atendem as demandas da população, pois as péssimas condições das infraestruturas destas escolas são bem evidentes.

O corte na saúde por sua vez não é justificável uma vez que Angola ainda registra uma das maiores taxas de mortalidade infantil a nível do mundo. Com a diminuição dos investimentos neste sector, o número de pessoas sem assistência a saúde tende a aumentar, e um dos fatores que contribui muito para o número de pessoas doentes é a

falta de saneamento básico, pois as enchentes causadas por fortes chuvas acarretam várias doenças como cólera, paludismos, febre amarela, entre outros. O atual número de quadro de profissionais na área da saúde, bem como também de hospitais públicos em Angola ainda não são suficientes.

A assistência social é bastante importante para a erradicação da pobreza, especificamente com programas de proteção social de carácter não-contributiva que representa a população que vive em situação de vulnerabilidade. Os programas de transferência de renda ou de bens como ``PAS e Cartão Kiskuia`` cada vez mais vêm recebendo cortes por parte dos orçamentos sem a devida justificativa coerente. É de realçar que estes programas solucionavam ou garantiam uma estabilidade financeira dum pequeno percentual da população angolana, e com esta redução a estimativa do crescimento do IDH de Angola continuará sendo insignificante.

A falta de transparência e fiscalização, bem como o alto índice de corrupção por parte das instituições jurídicas responsáveis pelo controlo das aplicações dos investimentos públicos dos OGEs, especificamente no sector social, são os que mais contribuem para a decadência do IDH, bem como na confiança do cidadão angolano em um sistema de controle, cuja suas normas e membros são corruptíveis. A assembleia nacional é composta em maioria por 175 deputados do partido no poder (MPLA) e 45 deputados da oposição (UNITA, CASA CE, entre outros). As aprovações e corte dos investimentos do OGE são feitas independentemente do posicionamento dos deputados da oposição.

O cidadão angolano dificilmente terá a devida noção de como são aplicados os investimentos do OGE, pois os classificadores orçamentais não permitem ter informações adequadas sobre os investimentos dos programas do OGE, em especial os Programas de Proteção Social. O facto de não fornecer informações detalhadas sobre os investimentos no sector social não-especificados intriga muito os cidadãos, que por sua vez, cobram o esclarecimento detalhado da destinação destes investimentos. Os deputados da oposição questionam muito a forma que o executivo faz os investimentos.

Portanto, se formos responder as questões do final do primeiro capítulo, veremos que o número de beneficiários das políticas públicas, especificamente as ligadas aos programas de proteção social apenas correspondem a 8% de uma população de 70%, e que no entanto o programa social que os assiste sofreu cortes, aumentando assim o nível de vulnerabilidade. Já a alocação dos recursos arrecadados pelo governo, pouco é investido nos programas de proteção social, particularmente o de natureza não-

contributiva, ao invés, beneficia de maneira desproporcionada as camadas com renda elevada da população.

Conclui-se, a partir da pesquisa, que as possíveis soluções constatadas para o baixo IDH dependerá da: i) eficiência das instituições administrativas e governamentais em implementar soluções como, por exemplo, uma melhor distribuição das verbas destinadas às províncias por parte da governo central, e descentralização do uso das mesmas, de forma a promover autonomia financeira aos governos provinciais; ii) incrementação de mais programas sociais de transferência de renda que visam aumentar a sustentabilidade e poder de compra de forma a reduzir o nível de pobreza das classes mais vulneráveis; iii) criação de diretrizes rígidas que salvaguardam a transparência e a fiscalização dos investimentos públicos feitos pelo governo, notadamente na área da educação e saúde; iv) e, por fim, da elaboração de um OGE com estrutura forte, que visualiza o povo que se encontra em situação de vulnerabilidade social como elemento prioritário em sua execução.

REFERÊNCIAS

ÁFRICA - MAPA AFRICA – Disponível em:
 «[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angola_in_Africa_\(-mini_map_rivers\).Imagem_1_svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angola_in_Africa_(-mini_map_rivers).Imagem_1_svg)» acesso em 17 de Abril de 2016.
 ANGOLA – PND, 2012.

ANGOLA - ORÇAMENTO DO CIDADÃO publicado em 2016. Disponível em:
 «<http://www.minfin.gv.ao/minfin/v2/download/Orcamento-Cidadao-2016.pdf>»
 acesso em 07 de Maio de 2016.

ANGOLA - RELATORÓRIO FUNDAMENTAÇÃO DO OGE Publicado em 2011.
 Disponível em:
 «<http://www.parlamento.ao/documents/31354/0/Or%C3%A7amento+Geral+do+Estado+2011>» acesso em 15 de Agosto de 2016.

ANGOLA - RELATORÓRIO FUNDAMENTAÇÃO DO OGE Publicado em 2012.
 Disponível em: «<http://www.info-angola.ao/attachments/article/4463/01%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20Fundamenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>» acesso em 17 de Agosto de 2016.

ANGOLA - RELATORÓRIO FUNDAMENTAÇÃO DO OGE 2013 Publicado em 2012.
 Disponível em:
 «<http://www.parlamento.ao/documents/91841/108561/Relat%C3%B3rio+de+fundamenta%C3%A7%C3%A3o+do+OGE+2013>» acesso em 22 de Agosto de 2016.

ANGOLA - RELATORÓRIO FUNDAMENTAÇÃO DO OGE Publicado em 2014.
 Disponível em:
 «<http://www.parlamento.ao/documents/91849/117734/RELAT%C3%93RIO+DE+FUNDAMENTA%C3%87%C3%83O+DO+OGE+2014>» acesso em 22 de Agosto de 2016.

ANGOLA - JORNAL O APOSTOLADO Publicado em 15.09. 2014. Disponível em:
 «<http://apostoladoangola.org/angola-continua-com-indice-de-desenvolvimento-humano-baixo/>» acesso em 02 de Maio de 2016.

ANGOLA - MAPA de Angola. Imagem disponível em:
 «https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7f/Angola_provinces» acesso em 07 de maio de 2016.

ANGOLA - MAPA de ANGOLA – Disponível em:
 «wiki/Subdivis%C3%B5es_de_Angola:Imagem_2» acesso em 17 de Abril de 2016.

ADRA, Proteção Social no OGE Publicado em 2016. Disponível em:
 «http://aiangola.com/wp-content/uploads/2016/07/AnáliseOGE2016_ProtSocial_FINAL_WebSize.pdf»
 acesso em 09 de Outubro de 2016.

BANCO MUNDIAL, relatório anual de 2008: Disponível em:
 «<http://siteresources.worldbank.org/EXTANNREP2K8/Resources/5164353-1222371156065/Portuguese.pdf>» acesso em: 29 de Abril de 2016.

BRESSER- Pereira Luís Carlos, Crescimento Desenvolvimento económico, Versão de junho de 2008. Disponível em: «<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>» acesso em 29 de Abril de 2016.

COLARES - MONICA SOCORRO PEREIRA, Programa De Transferência De Renda No Brasil E Seus Desafios Futuros. Publicado em 2016. Disponível em: «<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/monicacolaresPROGRAMTRAN SFEOFINCOMEINBRAZILANDITSFUTURECHALLENGES.pdf>» acesso em 10 de Outubro de 2016.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

M'BOKOLO- Elikia, África Negra: História e civilizações, tomo I, Até ao Século XVIII. Publicado em 2003. Disponível em: «https://pt.wikipedia.org/wiki/Angola#cite_note-10 » acesso em 17 de Abril de 2016.

MIZZI – MARINARA ROCHA FROTA & CLÓVIS – ROBERTO ZIMMERMANN, O Brasil e as experiências internacionais de Programas de Transferência de Renda. Publicado em 2016. Disponível em: «<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/mainaramizziOBrasileasexperienciasinternacionaisdeProgramas.pdf>» acesso em 10 de Outubro de 2016.

NGULUVE - Alberto Kapitango, Política Educacional Angolana (1976-2005). Publicado em 2006. Disponível em: «www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/.../DissertacaoAlbertoKapitangoNguluve.pdf » acesso em 22 de Abril de 2016.

OLIVEIRA – SÍLVIA, Olhar a pobreza em Angola: Causas, consequência e estratégias para a sua erradicação. Publicado em 2012. Disponível em: «http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2012.48.1.04/837» acesso em 15 de Abril de 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: disponível em: «http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH» acesso em 03 de Maio de 2016.

PÉLISSIER- RENÉ, Les guerres grises: Résistance et revoltes en Angola (1845-1941). Publicado em 1977. Disponível em: «https://pt.wikipedia.org/wiki/Angola#cite_ » acesso em 18 de Abril de 2016.

THE WORD FACTBOOKO, Demografia de Angola 2013: «<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>» acesso em 19 de Abril de 2016.

RDH - RELATORIO De DESENVOLVIMENTO HUMANO. Referente ao ano de 2010: Disponível em: «http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf» acesso em 02 de Maio de 2016.

RELATÓRIO ECONÓMICO DE ANGOLA Publicado pela UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA em 2013. Disponível em: «http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2014/07/relatorio_Económico_Angola_2013_FINAL.pdf» acesso em 25 de setembro de 2016.

SLIGER, Bernard F. “Orçamento”. In: **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

SOLOW, ROBERT, A contribuição à teoria do crescimento económico. *The Quarterly Journal of Economics*, v. LXX, Feb. 1956. Disponível em: «<https://barbosadejesu.wordpress.com/2010/07/12/o-modelo-de-crescimento-de-solow-teoria-economica>» acesso em 20 de Abril de 2016.